

Parricídio em Psicanálise: articulações entre Testemunho, Crônica e Trauma

**Parricide in Psychoanalysis:
connections between Testimony Chronicle and Trauma**

Andressa Martins Belisario

<https://orcid.org/0000-0002-4461-2960>

Daniel Kupermann

<https://orcid.org/0000-0003-1833-9136>

Renato Tardivo

<https://orcid.org/0000-0002-6272-1095>

Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

Este artigo realiza aproximações entre o testemunho, a crônica e os tempos do trauma no parricídio, levando em consideração as contribuições teóricas de Freud e Ferenczi. Por meio de crônicas, apresentamos o testemunho clínico da análise de um paciente parricida, no qual a passagem ao ato representa um salto no vazio, contribuindo para o sentimento de morte psíquica e, conseqüentemente, para a perda das fronteiras entre as realidades externa e interna. O objetivo das crônicas é destacar o traumático por meio da análise de fragmentos, sem explicar o caso, mas apresentando o testemunho dos encontros clínicos, que se manifesta por meio deste discurso fragmentado, em que verdade e ficção se entrelaçam.

Palavras-chave: Parricídio; testemunho; crônica; trauma.

Abstract

This article explores the connections between testimony, chronicle, and the temporal aspects of trauma in parricide, taking into account the theoretical contributions of Freud and Ferenczi. Through chronicles, we present the clinical testimony of the analysis of a parricidal patient, in which the act of parricide represents a leap into the void, contributing to the feeling of psychic death and, consequently, to the loss of boundaries between external and internal realities. The aim of the chronicles is highlighting the traumatic through the analysis of fragments, without explain the case, but presenting the testimony of the clinical encounters, which manifests itself through this fragmented discourse, in which truth and fiction intertwine.

Keywords: Parricide; testimony; chronicle; trauma.



Este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado realizada por esta autora¹, objetivando um estudo de caso psicanalítico sobre o parricídio. Por meio de crônicas², apresentamos o testemunho clínico da análise de um paciente parricida, cuja passagem ao ato representa um salto no vazio, contribuindo para um sentimento de morte psíquica e, conseqüentemente, para a perda das fronteiras entre as realidades externa e interna. Buscamos aproximações entre o testemunho, a crônica e os tempos do trauma, utilizando as contribuições teóricas de Freud e Ferenczi. O método adotado inscreve-se no campo da pesquisa psicanalítica, na modalidade de estudo de caso, e fundamenta-se na construção do caso por meio da crônica, concebida como um dispositivo narrativo capaz de apresentar o testemunho clínico sem submetê-lo a uma linearidade explicativa ou à enumeração de intervenções técnicas. Essa escolha metodológica apoia-se na concepção de pesquisa em psicanálise proposta por Figueiredo e Minerbo (2006), para os quais a produção de conhecimento psicanalítico pressupõe a presença de um psicanalista em efetivo exercício clínico, implicado na escuta do inconsciente. Nessa perspectiva, o saber não é exterior à experiência analítica, mas emerge dela, em um campo atravessado pela lógica do inconsciente.

De acordo com Gil (2002) o estudo de caso, enquanto delineamento de pesquisa, pode ser utilizado em diversos contextos com o objetivo de aprofundar a compreensão de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos. Suas primeiras formulações sistemáticas surgiram no campo antropológico, sendo posteriormente incorporadas por outras áreas das ciências humanas, como a Medicina, a Sociologia e a Psicologia.

No campo psicanalítico, o estudo de caso assume especificidades, pois não se trata de explicar causalidades lineares, mas de construir uma narrativa que possibilite a transmissão de uma experiência clínica singular. A reflexão decorrente do caso não encerra o fenômeno em uma interpretação definitiva, ao contrário, promove o aprimoramento da teoria, que retorna à clínica e nela se reinscreve, em um movimento circular de produção de conhecimento.

O material clínico apresentado foi extraído das sessões de análise conduzidas pela autora no consultório particular, ocorridas semanalmente pelo período de um ano e nove meses, com a interrupção de um mês. Foram devidamente omitidos e trocados dados que permitiriam a identificação do

¹ A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição onde foi realizada, sob o número de aprovação 4.152.368, garantindo a confidencialidade das informações, a privacidade do paciente e a proteção de sua identidade, em conformidade com as normas e diretrizes da Resolução CNS nº 466/12 e suas complementares.

² No trabalho original o testemunho clínico foi construído por meio de 17 crônicas que exploram as construções clínicas e adentram no universo trágico de um paciente parricida.

paciente, nomeado José (inspirado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade). A narrativa segue a fluência da linguagem utilizada pelo paciente, mantendo as figuras de estilo e as gírias.

Apresentar o caso utilizando a crônica como um dispositivo de testemunho clínico tem o intuito de provocar outros olhares e experiências que possam revitalizar a escuta e criar uma outra forma de contar os históricos clínicos. Ao escrever sobre a tragédia de José e sua travessia na análise, possibilitamos a elaboração e a transmissão de uma experiência única. Essa narrativa permite explorar a realidade e a fantasia, as manifestações inconscientes, o campo transferencial-contratransferencial, as formações traumáticas e acompanhar o pensamento clínico, facilitando o acesso à sensibilidade, à intensidade e ao ritmo dos encontros.

Reconhecemos que José é agente e vítima da catástrofe, que poderia ser a nossa, o que nos desperta empatia e repulsa. O uso das crônicas enquanto dispositivo de testemunho clínico busca criar uma aproximação mais profunda entre o leitor e os desdobramentos das construções analíticas.

A psicanálise constituiu-se a partir das experiências clínicas de Freud com a histeria, fundamentais para a revisão da técnica e de novas descobertas teóricas, pois despertaram a necessidade de aprofundar a história subjetiva do sofrimento e suas relações com os sintomas. A hipnose foi substituída pela associação livre e pela arte interpretativa. Freud, em *Sobre a Psicanálise* (1913/1911[1996], p. 227), reconhece a Psicanálise como uma jovem ciência que compreende “um método de pesquisas das neuroses, mas também um método de tratamento baseado na etiologia assim descoberta”.

Nos *Estudos sobre a histeria* (1895), o psicanalista apresenta relatos clínicos que possuem um caráter fragmentário, e é possível observar que a complexidade dos fenômenos psíquicos não cabe em um simples relato de caso. Freud atribuiu inicialmente aos históricos clínicos um aspecto literário, devido à própria natureza do objeto estudado:

[...] e ainda me causa estranheza que os relatos de casos que escrevo pareçam contos e que, como se poderia dizer, falte-lhes a marca de seriedade da ciência. Tenho de consolar-me com a reflexão de que a natureza do assunto é evidentemente a responsável por isso, e não qualquer preferência minha (Freud, 1985 [1996], p. 189).

A formulação de novos dispositivos de testemunho clínico pode favorecer a transmissão da vitalidade dos encontros clínicos, ampliar a discussão clínica e teórica com o meio psicanalítico e despertar o interesse de outras áreas do conhecimento. Afinal, a Psicanálise é uma jovem ciência, está em constante transformação.

Intersecções e aproximações entre a clínica, a crônica e o testemunho

Escrever a clínica de uma outra forma é explorar os elementos da criação e da vitalidade intrínsecas à técnica psicanalítica. As crônicas enquanto dispositivo do testemunho clínico pretendem transmitir as construções e o enquadre analítico, permitindo compreender o ritmo do par analítico e mergulhar no inconsciente, mas sem se afogar. Elas são curtas sem perder a profundidade e permitem ao leitor pensar, repensar e realizar suas próprias interpretações. O fascínio da clínica e das crônicas é que elas estão em movimento, mostram-se inacabadas, pois é impossível alcançar a totalidade da experiência vivida entre analista e analisando.

Narrar uma análise implica reconhecer as construções e as frustrações inerentes ao processo, assim como suas limitações, além de permitir ao analista revisitar a intensidade dos encontros e dos afetos despertados e, primordialmente, aceitar o que foi possível compartilhar naquele momento.

É importante lembrar que a psicanálise não se caracteriza por um novo discurso, mas sim a teorização de uma prática de interlocução, que possibilita ao sujeito redescobrir a constituição de sua subjetividade por meio de sua história.

Os analistas são constantemente convocados a escrever textos que compartilhem a prática clínica. A transmissão do conhecimento, do pensamento clínico e das vivências analíticas é possível por meio dos testemunhos clínicos. Renato Mezan (1998), em *Escrever a Clínica*, esmiúça a árdua tarefa do psicanalista de organizar os pensamentos e afetos referentes aos encontros na prática cotidiana. A partir de sua escuta, o analista tem muito a dizer, mas frequentemente enfrenta dificuldades de selecionar e organizar o material que deseja aprofundar. O autor considera também fundamental, no processo da escrita, a fase da associação-livre, em que uma ideia vaga ganha consistência por meio da cadeia associativa, permitindo o acesso aos pensamentos latentes com o intuito de elaborar um tema e, no caso do psicanalista, elaborar também uma dor, visto que ele se defronta constantemente com a travessia do trágico.

Em *Sobre a arte da psicanálise* (2013), Ogden destaca a importância da linguagem nas vivências de “vitalidade” (*aliveness*) e de “desvitalização” (*deadness*), presentes nas interações humanas e sua transmissão no *setting* analítico, possibilitando novos sentidos na experiência de estar vivo. Ele aproxima a escrita literária da prática analítica, e a leitura de um romance à leitura de um artigo; compreende que o analista, assim como um poeta, utiliza as palavras para criar, sentir e apreender a experiência humana. Os sentimentos de vitalização são experimentados e compartilhados entre leitor e escritor. O romance e a análise possuem um caráter reflexivo retrospectivo, sendo que o segundo possui especificidades das trocas e construções intersubjetivas do par

analítico. É fundamental que ambos sejam interessantes e estimulem a liberdade da experimentação, proporcionando experiências autênticas e vivas.

Escrever vai além da manifestação das palavras. Toda linguagem carrega uma bagagem, uma potência inerente. Rancière (2001/2018) defende que a escrita para Platão é o *logos mudo*, pois deixa rastros e vestígios, não podendo o filósofo proferir de um outro modo o que diz e também não conseguindo parar de dizer. A palavra torna-se ato quando possui um significado e a intenção de transmiti-lo. O filósofo identifica que a grande contribuição freudiana é que tudo fala, não existem detalhes irrelevantes: a palavra muda é o discurso do inconsciente: "O escritor é o geólogo ou o arqueólogo que viaja pelos labirintos do mundo social e, mais tarde pelos labirintos do eu. Ele recolhe os vestígios, exuma os fósseis, transcreve os signos que dão testemunhos de um mundo e escrevem uma história (Rancière, 2001/2018, p. 38).

Segundo Gancho (1991), a crônica é um gênero literário que tem o intuito de contar, descrever, comentar e analisar fatos do cotidiano. Normalmente possui o formato de um texto curto com informações que podem contemplar assuntos distintos, sem a necessidade de apresentar uma narrativa completa. É importante destacar que a crônica pode ser reflexiva e é muito comum nela o uso do humor e da ironia.

A crônica enquanto gênero histórico tem seus primeiros registros na Idade Média, mas seu reconhecimento ocorre no período do Humanismo, em Portugal, em 1418. Eram realizados registros dos antigos reis e dos acontecimentos históricos que recebiam o nome de *caronyca*. A partir de 1434, o cronista passa a ser um escritor profissional e começa a ser remunerado pela interpretação dos fatos históricos. Estudiosos afirmam que a pré-história literária brasileira teve seu início com uma crônica: a carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que descreve a "descoberta" do Brasil em 1500 ao rei D. Manuel. Existe também a crônica dos missionários e dos religiosos, por exemplo: José de Anchieta, que documentava o percurso da catequese e enviava notícias sobre a terra e o povo que nela vivia, apresentando o olhar do colonizador. Com o advento da literatura jornalística, a partir do século XIX, o conceito de crônica como registro de fatos históricos sofre transformações, passando a incorporar progressivamente elementos de ficção. Nesse deslocamento, a crônica afirma seu compromisso não com uma verdade objetiva dos acontecimentos, mas com a realidade tal como é apreendida, recortada e narrada pelo cronista. Trata-se, portanto, de uma escrita marcada pela subjetividade, na qual a realidade é sempre mediada pelo olhar, pela sensibilidade e pela posição psíquica de quem escreve. Assim, o cronista pode ser compreendido como um historiador do cotidiano, não porque produza uma história factual neutra, mas porque testemunha e registra a experiência vivida a

partir de sua singularidade, transformando a realidade em narrativa ficcional, sem a pretensão de esgotar a verdade dos fatos (Bender & Laurito, 1993).

A palavra “crônica” possui origem no termo grego *chrónos*, que significa tempo. Na mitologia grega, o deus Cronos, filho de Urano (o Céu) e Gaia (a Terra), castrou o pai com a ajuda da mãe e casou-se com a própria irmã, Reia. Gaia previu que Cronos seria destronado por um dos filhos que gerasse e, para evitar a realização da profecia, passou a devorar todos os filhos após o nascimento. Quando Zeus nasceu, Reia enganou o marido e deu uma pedra envolta em um lençol no lugar do bebê. A profecia realizou-se, Zeus sobreviveu e, quando atingiu a maioridade, deu a Cronos uma droga que o fez vomitar todos os filhos que havia devorado. Zeus, junto com os irmãos, liderou uma guerra contra Cronos, que saiu derrotado e foi destronado pelo filho.

Percebe-se nos mitos teogônicos a transgeracionalidade dos sentimentos autoritários e a impossibilidade do pai primevo em reconhecer a individualidade dos filhos. Está ausente a interdição ao parricídio, pois nestes exemplos perpetua a continuidade do laço social. A existência dos herdeiros é experimentada como ameaçadora, e são projetados sentimentos persecutórios e fantasias de castração, um impedimento ao gozo déspota. Na passagem ao ato de devorar ocorre a incorporação do objeto, que representa os pais que devoram simbolicamente a existência dos filhos e desconsideram a sua alteridade.

Cronos simboliza a destituição da autoridade paterna pela passagem ao ato e é a personificação do tempo: em sua passagem fatal, devora tudo que está no caminho. O tempo desempenha um papel estrutural na crônica, que, em sua narrativa, resgata a noção temporal. Esse tempo, não linear, transita entre passado, presente e futuro. Tempo... Tão precioso no trabalho analítico, imprescindível para o fortalecimento dos vínculos e para estabelecer a transferência. Cazuza, o poeta, na canção *O tempo não para*³, nos oferece um bom exemplo de como o tempo dispara nossas angústias e traz à tona conteúdos recalçados por meio das repetições: “Eu vejo o futuro repetir o passado/Eu vejo um museu de grandes novidades”, consonante com o pensamento freudiano do retorno de toda lembrança quando a resistência é suspensa.

A análise compreende o ritmo do paciente e as trocas do par analítico, que constroem um momento único. As construções em análise demandam tempo, exigem espera ao explorar as repetições; uma crônica resgata o passado, facilita e sustenta a regressão. As interpretações do analista favorecem a perlaboração, que tem o intuito de superar as resistências e libertar o sujeito da compulsão à repetição (cf. Freud, 1914).

Em *Escritores Criativos e Devaneios* (1908/1907 [1996]), Freud compreende os mitos como releituras que favorecem um novo olhar para um

³ Composição de Arnaldo Brandão e Cazuza, 1988.

material já existente, assim como as lendas e os contos de fadas. São as fantasias e os desejos inconscientes coletivos, são os “sonhos seculares” da humanidade. Contrário à neutralidade do mitólogo, como destaca Green (1994, p. 70), na atitude do psicanalista, este “aborda o mito exatamente como aqueles que experimentavam o maior prazer ao ouvir a história, embora reconhecessem nessa narração o cumprimento do mais negro destino”. A mitologia contribui para a diminuição do sentimento de que o psicanalista poderia ser um perverso solitário. A noção de perversão mobilizada aqui não se refere a uma estrutura clínica, mas a um desvio ético da posição analítica, no qual o analista correria o risco de se colocar de forma isolada e autoerótica diante do sofrimento do outro, extraindo uma satisfação privada do contato reiterado com conteúdos psíquicos violentos, trágicos ou transgressivos. Nesse sentido, a mitologia opera como um recurso de inscrição coletiva do trágico, atenuando o isolamento do analista diante dos conteúdos mais sombrios da experiência humana e permitindo que o sofrimento, longe de permanecer encerrado em uma cena privada ou idiossincrática, encontre ressonância em narrativas culturalmente compartilhadas

Freud encontrou nos mitos e nas lendas aliados para apresentar os desejos inconscientes de uma forma que é mais aceitável para seus leitores, utilizando narrativas fantásticas para diminuir as resistências. Frente ao relato mítico, o sujeito reconhece imediatamente seu desejo e se identifica com ele; afinal, este desejo lhe pertence. Os mitos desempenham uma função argumentativa que sustenta e demonstra a teoria psicanalítica, possuem uma estrutura similar aos sonhos, ambos exigem interpretação. Em 1926, em *A questão da análise leiga*, Freud destacou ao interlocutor que o conhecimento da história da civilização e da mitologia é fundamental para compreender a teoria da sexualidade infantil e os fenômenos psíquicos. Defende ainda que o ensino analítico deveria incluir a mitologia, a história, a psicologia das religiões e a literatura, por considerar esses campos instrumentos indispensáveis para tornar os objetos de investigação psicanalítica mais acessíveis e passíveis de elaboração. Ao recorrer aos mitos e a outras áreas do conhecimento, Freud não apenas enriquece sua teoria, como também amplia as possibilidades de transmissão e de compreensão dos conceitos que investigava.

A mitologia desvela e revela o desejo inconsciente por meio de um testemunho sem censura. Traz à luz o que estava oculto, ao mesmo tempo em que a narrativa é tecida por símbolos, utilizando elementos enigmáticos que convocam à análise. O mito oferece o testemunho de uma produção paralela, que contrasta com o discurso religioso e a manutenção da estrutura familiar. Cronos devorando os filhos e Zeus castrando o pai ilustram a rivalidade entre o pai e seus filhos, o parricídio está presente desde as narrativas antigas. Testemunho trágico que sobrevive ao tempo, se repete e ecoa nas crônicas de José.

A liberdade também é uma das principais características de uma crônica; a crônica é livre, menos censurada. Embora o fato analisado pelo cronista seja o mundo real, é um gênero que transita pela fantasia e desnuda a realidade. A crônica permite ao jornalista ser um místico, ao médico ser um filósofo, ao contador de casos ser um historiador e ao psicanalista ousar, ir além. Isto porque os testemunhos clínicos são inerentes à formação e à prática clínica do psicanalista, essenciais para os avanços teóricos, e desvelar um caso clínico é também revelar-se, pois, ao descrever o que foi vivenciado, pretende-se possibilitar ao leitor novas associações e interpretações. Apresentar o conteúdo de uma análise é uma tarefa complexa, principalmente quando a história de vida do paciente é marcada por atos violentos – em nosso caso, um parricídio.

A crônica e a análise se constituem por fragmentos, não têm a intenção de esgotar um assunto, mas de provocar novas associações. Esses fragmentos se articulam e vão narrando a história de vida do paciente e o movimento do trabalho analítico. Seu objetivo não é “explicar” o caso, mas apresentar o testemunho dos encontros clínicos, que se manifesta por meio de um discurso fragmentado, em que verdade e ficção se entrelaçam. As crônicas são independentes, podem ser lidas individualmente ou em conjunto, pois são complementares. Presente, passado e futuro se misturam e se ligam pelo fio de desejo que os une (cf. Freud, 1908/1907 [1996]). A crônica destrói a tentativa de totalização e permite o retorno dos fragmentos que constituem o testemunho do analista, o resgate da história de vida do paciente, as construções em análise e o pensamento clínico. O tempo é o elemento central da crônica e da análise, adentrando em um passado escondido, em um presente atualizado e em um futuro projetado.

Preparando o terreno para adentrar o universo trágico de José, destacamos quatro crônicas que exploram a problemática apresentada, buscando proporcionar ao leitor acesso aos afetos, às angústias e ao horror despertados na análise de um paciente parricida.

Um dia um parricida deitou-se no meu divã

Era outono, um desses dias em que o sol engana o frio intenso. José estava me aguardando na recepção por indicação da analista que atendia a enteada dele. Eu não sabia detalhe algum do caso e, quando é possível, prefiro ter as primeiras impressões a partir da minha escuta do paciente.

Assim que entramos na sala, José, apreensivo, disse:

— Eu nunca fiz isso antes, mas a minha família está achando que eu preciso de terapia.

— O que você acha?

— Vou te contar logo de cara porque estou aqui. (silêncio) Matei meu pai, sou réu confesso! Cumpri a minha pena no Carandiru. Eu carrego isso a todo lugar que eu vou, por isso achei melhor já te falar de uma vez.

Fez uma pausa e continuou:

— Tenho brigado muito com o namorado da minha enteada. Ele a trata mal. Merecia uns tapas na cara para aprender a ser homem.

Ao revelar o crime logo no início da sessão, ele demonstrava preocupação em ser aceito e receio em ser julgado, sobretudo testava o tipo de vínculo que estabeleceríamos. O relato dele suscitava sentimentos ambivalentes, repulsa e interesse intercalavam-se. José falou que era um parricida, mas ainda não podia contar sobre o parricídio, buscava desvendar o próprio enigma. Trouxe conflitos com a enteada que remetiam ao complexo edípico, descreveu um comportamento explosivo e se emocionou ao recordar o período de cárcere, a juventude vivida entre grades, o corpo acorrentado.

No fim da sessão, após minha explicação sobre o contrato analítico, ele questionou:

— Foi bom conversar com você. No início eu não queria vir, mas agora eu quero continuar. Por quanto tempo eu preciso vir?

— O tempo que for necessário.

José imediatamente sorriu, pois a espontaneidade da minha fala diminuiu as fantasias de que a análise poderia ser o cumprimento de mais uma sentença.

José e o pai

Primogênito de três irmãos, José crescera em um ambiente com poucos recursos financeiros, hostil e violento. Suas memórias infantis eram impregnadas pela embriaguez do pai. Numa noite dessas, um prato de comida foi arremessado na parede, pois o pai estava transtornado porque sua esposa, mãe de José – que o pai havia apelidado de rapariga -, não havia colocado farinha na mesa. A partir daquele dia a farinha perdeu o sabor. José nunca mais comeu farinha.

Suas lembranças da infância eram confusas, como se tivesse crescido em um picadeiro sem palhaço, vendo o pai ser o bêbado equilibrista. No início da adolescência, José estava no circo com a namorada, quando encontrou o pai com a amante. Ao chegar em casa, foi presenteado com uma caixa de cigarros deixada por seu pai em sua mesa de cabeceira, o que estabeleceu um pacto de silêncio entre eles.

Por muito tempo, o avô materno foi seu super-herói. Um dia, após um conflito familiar durante a sua infância, o avô ameaçou o pai de José com uma espingarda. José se sentiu vingado pelo ato do avô, que destituiu a autoridade paterna, entrando em contato com a possibilidade de que matar o pai era uma

alternativa aceita e desejada também por seus familiares. Ele possuía uma boa relação com os avós maternos, sentia-se acolhido por eles, o que diminuía o sentimento de desamparo. Os poucos brinquedos que José e os irmãos tinham eram presentes de seu avô, por quem o jovem tinha admiração e que ocupava o lugar de ideal do Eu.

Durante sua adolescência, seus pais se separaram, de modo que José e os irmãos ficaram por um período morando com o pai e a madrasta. A mãe não possuía recursos financeiros para levar os filhos para morarem com ela, circunstância que jurou ser temporária. No início, José se deu bem com a madrasta, ganhou até uma calça jeans, mas ficava cada vez mais difícil suportar o fato de sua mãe ter saído de casa e o seu pai ter colocado outra mulher no lugar dela. Com o tempo, a convivência foi ficando insustentável. José sentia que a presença dele incomodava:

— Eu estava dormindo quando meu pai apareceu com uma cinta na mão, gritando que tínhamos roubado o dinheiro da bolsa da minha madrasta. Ele batia até na minha cara, não parava de me bater, nunca tinha apanhado tanto... Não roubei nada! Perguntei aos meus irmãos e eles também negaram. Acho que ela não queria mais a gente lá e inventou tudo isso. Fomos morar em um cômodo com a minha mãe e, quando cheguei todo machucado, ela não conseguia parar de chorar. Eles podiam ter pedido pra gente ir embora, ele sabia que eu não era ladrão, mas precisava de um pretexto pra me bater.

José, parricida e réu confesso

— Às vezes, as pessoas querem saber e outras vezes eu que preciso falar, mas nem todo mundo pode ouvir... Você pode ouvir.

No início da vida adulta, ocorreu uma discussão fatídica. José foi visitar os tios que moravam no mesmo quintal que o pai dele. Fazia alguns anos que eles não se viam, pois, desde a última surra que sofrera do pai, José nunca mais havia pisado naquela casa.

- Sabe qual foi a primeira coisa que meu pai falou quando me viu?
- Como que está aquela rapariga? Quenga!
- “Quenga é a sua mulher!”. Meu sangue ferveu naquele momento.

O pai dele puxou uma foice, o golpe não o atingiu, mas se juraram de morte. Estabeleceram um “pacto de morte”. E agora, José?

— Tentei pegar um revólver emprestado, mas não consegui. Um dos meus amigos me deu uma faca e escrevi na bainha “Nunca foi estreada”. A partir daquele momento, eu sabia que não tinha mais volta: era eu ou ele. Fui na casa

do meu pai no outro dia de manhã, acho que ele ouviu minha voz e saiu correndo. Fui atrás, perseguindo-o pela rua. Quando ele saiu da viela, um conhecido colocou o pé e ele tropeçou. Dei uma facada no abdômen, ele virou, dei outra nas costas e mais três no peito. Ele me dizia: “— Você conseguiu! Você conseguiu!”. Não senti nada, absolutamente nada naquele momento. Como esse conhecido ainda estava por perto, troquei de camiseta com ele, enrolei a faca na minha camiseta e falei para ele jogar no rio. Era dia de clássico, Corinthians e São Paulo, e minha maior vergonha foi ter que usar a camisa do São Paulo. Quando cheguei em casa, contei para minha mãe e meus irmãos, que choraram muito. Liguei para meu tio, que informou que meu pai estava no hospital e os médicos disseram que foram 11 facadas... Só dei cinco... Acho que as outras facadas foi enquanto ele se defendia. No outro dia ele morreu. Entrei em contato com um advogado e me apresentei na delegacia. “Sou réu confesso!”.

Ficamos em silêncio até o final da sessão. Ele levantou-se e pela primeira vez me disse “obrigado”.

A Culpa

— José, em algum momento você pensou em fugir?

— Jamais! Meus tios me ensinaram que precisamos nos responsabilizar por nossos atos. Meu pai não respeitava nenhuma mulher, xingava minha mãe, minha tia, a mulher do meu primo... Te falei que ele até chutou uma mulher grávida na feira. Se não fosse eu, outra pessoa o teria matado. Meu pai era um homem muito desrespeitoso, nunca considerei ele um exemplo. Você acredita em destino? Eu acredito, não mudaria nada no meu passado. Meu pai não era um homem de muitos amigos e as pessoas não gostavam dele. Mas havia quem gostava, ele tinha até um melhor amigo. Esse amigo me encontrou um dia qualquer depois do homicídio. Eu perguntei se estava bravo comigo e ele disse que não, somente não esperava que eu mataria meu pai. Talvez esperasse isso do meu primo, meu tio... não de mim... Não me arrependo, faria tudo de novo, paguei pelo que fiz, foram dez anos, quase cinco no semiaberto, cumpri minha pena. Tive que pagar pelo meu crime. Agora só não sei o perdão divino.

— Perdão divino?

José ficou emocionado, respirou fundo e continuou.

— Você não sabe? Tem um pecado capital: “Não matarás”. Infligi, eu matei. Não pode, é a lei divina. Em algum momento na hora do juízo final vai chegar a minha hora, chega a de todo mundo. Vou me encontrar com Deus e ele vai me perdoar ou não. Na lei dos homens já cumpri minha pena. Agora o perdão divino depende dele. Eu me perdoei, tive muito tempo para pensar. Sei que não era o certo, mas era meu destino, nunca o considerei meu pai, mas de sangue era. Fazia minha mãe sofrer muito e a gente também. Aconteceu há tanto tempo...

José ficou em silêncio me olhando com os olhos marejados. Levantou-se indicando que a sessão havia terminado, não se despediu e foi embora.

A crônica como testemunho da experiência traumática

Por meio das crônicas, é possível convidar o leitor a acompanhar o testemunho do percurso analítico e as vivências traumáticas. As crônicas permitem destacar o traumático, giram em torno do irrepresentável, assim como a psicanálise: o tempo e a morte são irrepresentáveis. A formação traumática também está atrelada ao tempo.

Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920/1996), faz uma descrição econômica do trauma caracterizado pela intensidade de excitações que excede a capacidade de elaboração do aparelho psíquico, que obedece ao princípio do prazer e da constância. O trauma é constituído em dois tempos: a cena traumática, que só tem essa definição *a posteriori*, quando uma segunda cena (geralmente após a puberdade) desperta lembranças com traços associativos de uma experiência que inicialmente não foi vivenciada como excitação sexual devido à imaturidade do aparelho psíquico.

Para Ferenczi, em *Confusão de língua entre os adultos e a criança* (1933/2011), o caráter traumático se estabelece em um tempo intermediário, quando a criança busca no ambiente um objeto investido afetivamente para revelar o abuso. Um terceiro, normalmente um adulto, que possa reconhecer o choque e oferecer elementos de ligação. No entanto, na maioria dos casos ocorre o *desmentido*, e a criança é submetida à hipocrisia do adulto, estabelecendo-se um silêncio sobre a experiência. Na ausência de um ambiente acolhedor que nega suas sensações e inviabiliza a integração psíquica acontece a formação traumática. Seguindo o pensamento ferencziano, Kupermann (2008, p. 152) enfatiza: "O que terá valor traumático será a impossibilidade de a criança atribuir sentido à dor produzida por não encontrar um terceiro capaz de testemunhar e acolher seu sofrimento".

No caso de José, ele rivalizava com a autoridade paterna desde a infância. O pai dele era agressivo, e o principal alvo da truculência paterna era a mãe do paciente. Nas fantasias de José, o ato parricida representa uma defesa à honra materna e a satisfação dos desejos homicidas compartilhados entre os familiares. Matar o próprio pai não promoveu a resolução do Complexo de Édipo: o paciente continua expressando as reminiscências do conflito em relacionamentos triangulares que remetem ao complexo. O parricídio não satisfaz totalmente o ódio que José sentia em relação ao pai e a destruição do objeto impediu o reconhecimento dos sentimentos ambivalentes; o pai tornou-se exclusivamente mau e continua sendo uma ameaça à sobrevivência psíquica dele.

O paciente, reconhece a Lei e insiste reiteradamente na posição de réu confesso como se a nomeação jurídica funcionasse como operador de contenção psíquica. Embora afirme não se arrepende do homicídio, essa insistência indica a presença de um sentimento de culpa que não se traduz em autorrecriação ou luto pelo objeto. A culpa neste caso é sustentada por um discurso de cunho religioso, no qual a punição, o pecado e o juízo divino substituem a responsabilização. Ele sucumbiu à identificação com o agressor paterno e ao estabelecimento de um superego autoritário e violento. Conforme afirma Freud (1926/1978, p. 183), matar o próprio pai não impossibilita o estabelecimento do sentimento de culpa:

Matar o próprio pai ou abster-se de matá-lo não é realmente, a coisa decisiva. Em ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é uma expressão tanto do conflito devido a ambivalência, quanto da luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos.

José vivenciou diversos episódios violentos durante a infância e a adolescência. Conforme aponta Ferenczi (1933/2011), devido à fragilidade, não é possível ao psiquismo da criança fazer frente à autoridade do adulto, ficando ela desprotegida e submetida aos desejos do adulto. Ocorre uma identificação com o agressor e a incorporação dos seus sentimentos de culpa. Para preservar um estado anterior ao choque, ocorre a clivagem da personalidade e, dependendo da intensidade desses choques e de sua repetição ao longo do desenvolvimento, a fragmentação, por meio da qual o desconhecimento entre as partes é maior. Na ausência de um ambiente acolhedor, mas que nega as suas sensações, percepções e afetos, inviabilizando a integração psíquica, acontece a formação traumática. Não foi possível José encontrar acolhimento em suas relações objetais primárias, pois o adulto que deveria prover os cuidados era o próprio agressor. A mãe dele e os irmãos também eram vítimas das agressões e ficavam imobilizados pelo medo.

Ao revelar o crime à família, José entra em contato com o desapontamento familiar e com os sentimentos ambivalentes que o pai despertava – amor e ódio: “Quando cheguei em casa, contei para minha mãe e meus irmãos, que choraram muito”. Ele não possuía ferramentas internas e externas para sublimar o ódio que o pai despertava. Não foi possível a simbolização da destituição da autoridade paterna. Matar o próprio pai parecia a única alternativa para destituir a autoridade do seu algoz. Na passagem ao ato parricida, ocorre a clivagem da

personalidade: ele salta no vazio e desliga. José sucumbe, assim, ao “ódio destruidor”, uma das vicissitudes da identificação com o agressor⁴.

José colocou um terceiro na cena do parricídio – seu conhecido, que usava uma camisa do São Paulo –, autorizando o ato. Pode ser um delírio do paciente com o intuito de diminuir o controle exercido pelo superego e o deslocamento dos seus desejos, pois José descreveu uma ausência de sentimentos, o que McDougall (1991) define como processo de desafetação, uma proteção necessária para sobrevivência mental em momentos em que os limites corporais e psíquicos são ameaçados.

Ferenczi (1933/2011) reconhece que, para sobreviver psiquicamente diante de uma experiência traumática, o mecanismo de defesa utilizado é a clivagem da subjetividade em uma parte integrada e outra parte não integrada, pertencentes ao Eu. Diante de uma sucessão de choques, os fragmentos clivados são maiores, o que intensifica o desconhecimento entre as partes, enquanto Freud compreende a clivagem como uma cisão entre duas cadeias representativas que são incompatíveis. Aproximamo-nos mais do pensamento ferencziano, de uma coexistência entre as partes clivadas, encontramos uma “parte sensível, brutalmente destruída, e uma outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente” (Ferenczi, 1933/2011, p. 88).

Na passagem ao ato parricida, José despenca da cena, e existe uma ruptura com a realidade, fundindo-se ao objeto: o número de facadas que deu no pai foi muito maior do que ele se recorda. Ao escutar o paciente revisitando o homicídio, a analista mergulha e se mistura ao vazio experimentado pelo paciente antes e após o ato.

A analista é convocada a testemunhar o sofrimento, funcionando como um terceiro que pôde reconhecer o horror das experiências traumáticas e fornecendo elementos de ligação. O trabalho analítico muitas vezes resgata a continuidade do ser, ao retomar uma existência que foi simbolicamente interrompida. A análise e a sessão não se encerram quando terminam: possuem um tempo que transcende; afinal, seus efeitos continuam mesmo possuindo um início, meio e fim, que seguem um tempo cronológico.

Quando pacientes autores e vítimas de atos violentos buscam análise, parecem entrelaçados em uma teia vermelha, cor que no imaginário social simboliza violência e sofrimento. Esses pacientes solicitam transferencialmente que o analista ocupe lugares ativos e passivos. Kupermann (2019) explora a importância do manejo da transferência, principalmente na clínica ferencziana, que prioriza a elasticidade da técnica psicanalítica e a criação de um campo transferencial com trocas afetivas em que é possível a *empatia* com o paciente.

⁴ Kupermann, D. (2024). Identificação com o agressor, auto-ódio e pulsão de repouso (*Ruhetriebe*). Palestra proferida na 14ª. Conferência Internacional Sándor Ferenczi, em São Paulo.

Ferenczi (2011/1933) adverte sobre a *hipocrisia profissional* mantida por um distanciamento afetivo e o risco de uma identificação do paciente com o analista. Esses pacientes gravemente traumatizados, por estarem imersos em uma profunda aflição, apresentam aspectos regredidos e tendem a repetir a situação que promoveu a clivagem. Por isso, necessitam de uma “simpatia autêntica” que ateste a presença sensível do analista. As construções em análise podem oferecer um campo transferencial continente que possibilite a simbolização do que permanece clivado, além de favorecer a tomada de consciência de aspectos inconscientes.

Pode ser possível, juntamente ao paciente, descobrir novas cores para esse fio vermelho e construir outros caminhos. Porém, é importante reconhecermos nossos limites e nossas fantasias onipotentes. Necessário também é ressaltarmos a fragilidade desse fio — ou vínculo, se preferirem. Afinal, a vida nasce da dor, daquilo que é mais precário do ser. A condição humana é de precariedade e fragilidade, o resto é defesa; de perto todo mundo é muito parecido.

Considerações Finais

*E agora, José?
Sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum,
sua biblioteca,
sua lavra de ouro,
seu terno de vidro,
sua incoerência,
seu ódio – e agora?*

(Carlos Drummond de Andrade, *José*, 1942)

Na crônica, o tempo se revela como um fio condutor que entrelaça o testemunho e os traumas vivenciados pelo paciente. Neste espaço narrativo a psicanálise encontra uma expressão autêntica e viva. As crônicas não seguem uma linearidade temporal rígida; tal qual o inconsciente freudiano, transitam entre passado, presente e o futuro, permitindo o resgate das memórias e a revitalização do olhar (Freud, 1900/2001).

Cada palavra escrita se torna um vestígio do tempo, carrega a intensidade dos encontros clínicos, sussurrando o sofrimento e expressando o potencial criativo e transformador da análise.

O testemunho clínico possibilita o acesso às dores e aos desejos mais ocultos do inconsciente. É por meio da escrita, do compartilhar, que os testemunhos ganham vida, encontrando validação para os traumas antes silenciados. Ao narrar sua tragédia, José resgata a sua própria história, revisita o momento em que assassinou o próprio pai e encara o silêncio, que é escutado e

acolhido em análise. A crônica e a análise convergem num encontro entre a dor e esperança, onde o tempo é desafiado a cicatrizar as feridas psíquicas, proporcionando um espaço propício para o resgate das lembranças e a expressão da vivência traumática.

O tempo é um protagonista silencioso nas crônicas, perpassa pelos relatos e desvela as múltiplas camadas do trabalho analítico e do psiquismo. Essa escrita sensível e enigmática convida o leitor a se aventurar em uma travessia de descobertas. Assim, as crônicas clínicas não são relatos desconexos, mas fragmentos que se conectam e formam uma teia de significados, convidando o leitor a realizar as suas próprias associações e interpretações. As crônicas também nos convidam a refletir sobre a centralidade do testemunho nas construções analíticas e na elaboração das experiências traumáticas.

Por meio da crônica e da análise, somos transportados para diferentes cenários e, imersos em suas narrativas, somos provocados a adentrar os labirintos psíquicos. Elas permitem explorar os rastros deixados pelo tempo e testemunhar as formações traumáticas sofridas pelos analisandos. Por meio das crônicas clínicas a psicanálise revela o potencial de um testemunho vivido; cada palavra é um convite para sentir a intensidade da experiência analítica

Observa-se uma escassez de trabalhos que abordem o parricídio a partir de material clínico. O complexo de Édipo e suas implicações, especialmente quando marcado por falhas e má resolução, convocam a sociedade a refletir sobre os seus tabus primevos, o incesto e o parricídio. Este trabalho não esgota as possibilidades de articulação entre clínica, testemunho e escrita. Trata-se de um recorte, situado e limitado, que abre caminho para investigações futuras, especialmente no diálogo com outros campos do saber. As questões aqui abordadas – parricídio, trauma, testemunho e crônica – atravessam também áreas como a literatura, a história e a filosofia, indicando a fecundidade de abordagens interdisciplinares. Ao sustentar essa abertura, o trabalho reafirma o interesse mútuo entre a psicanálise e outras disciplinas na compreensão das experiências traumáticas e de suas formas de inscrição, transmissão e elaboração.

Referências

Andrade, C.D. (1993). *José Fazendeiro do ar Novos Poemas*. Record.

Belisario, A. M. (2022). *Parricídio em psicanálise: estudo de caso* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/D.47.2022.tde-15022023-175546>

Bender, F. C. & Laurito, I. B. (1993). *Crônica: História, Teoria e Prática*. Scipione.

- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança (A. Cabral, Trad). In *Psicanálise IV* (pp. 111-121). Martins Fontes. (Original publicado em 1933).
- Figueiredo, L. C. & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&lng=pt
- Freud, S. (1996). *Estudos sobre a Histeria* (J. Salomão, Trad.). In Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud (Vol. 2). Imago. (Original publicado em 1893-1895).
- Freud, S. (2001). *A Interpretação dos Sonhos* (W. I. Oliveira, Trad.). In Edição Comemorativa 100 anos. Imago. (Original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996). *Escritores Criativos e Devaneios* (J. Salomão, Trad.). In Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. "Gradiva" de Jensen e outros trabalhos (Vol. 9, pp. 135-143). Imago. (Original publicado em 1908 [1907]).
- Freud, S. (1996). Sobre a Psicanálise (J. Salomão, Trad.). In Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos 1911-1913 (Vol. 12, pp. 227-231). Imago. (Original publicado em 1913 [1911]).
- Freud, S. (1996) Além do princípio do prazer (J. Salomão, Trad.). In Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. *Além do princípio do prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920-1922)* (Vol. 18, pp. 17-72). Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996). A questão da análise leiga (J. Salomão, Trad.). In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud. *Um Estudo autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade, Análise Leiga e outros trabalhos 1925-1926* (Vol. 20, pp. 181-245). Imago. (Original publicado em 1926).
- Freud, S. (1978). *O mal-estar na civilização*. In: Os Pensadores. Abril Cultural. (Original publicado em 1926).
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança (Trad). In *Psicanálise IV* (pp. 111-121). Martins Fontes. (Original publicado em 1933).
- Gancho, C. V. (1991). *Como analisar narrativas*. Ática.
- Green, A. (1994). *O Desligamento: psicanálise, antropologia e literatura* (I. Cubric, Trad.) Imago.

Kupermann, D. (2008). Presença sensível: A experiência da transferência em Freud, Ferenczi e Winnicott. *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Civilização Brasileira.

Kupermann, D. (2021). *Por que Ferenczi?* Zagodoni.

McDougall, J. (1991). *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise* (P. H. B. Rondon, Trad.). Martins Fontes.

Mezan, R. (1998). *Escrever a clínica*. Casa do Psicólogo.

Ogden, T. H. (2013). Sobre a arte da psicanálise (T. M. Zalberg, Trad.). *Reverie e Interpretação: captando algo humano* (pp. 19-34). Escuta.

Rancière, J. (2018). *O inconsciente estético* (M. C. Netto, Trad.). Editora 34.

Nota sobre os/as autores/as

Andressa Martins Belisario é psicanalista e mestra em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. E-mail: andressabelisario@gmail.com

Daniel Kupermann é psicanalista e professor livre-docente do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq. E-mail: danielkupermann@gmail.com

Renato Tardivo é psicanalista e professor-colaborador do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (20202022). E-mail: rctardivo@uol.com.br

Data de submissão: 03.03.2026

Data de aceite: 21.10.2024